



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A DEMOCRACIA CONQUISTA-SE PELA LUTA

DIA a dia, os acontecimentos têm vindo a comprovar a análise da nova situação política e a orientação do Partido Comunista expressa no documento do Bureau Político de outubro de 1945. Dia a dia, se comprova que o governo fascista não encaminha Portugal para a democracia. Como desde há anos o Partido Comunista advertia o povo português, Salazar, só para não ser atrelado ao carro da derrota de Hitler, que lhe ajudou quanto pôde na guerra, veio a vestir trajes democráticos. A vitória das Nações Unidas e as lutas do povo português obrigaram Salazar a um recuo. Mas as «medidas democráticas» e as «eleições» de novembro não passaram duma «manobra política de grande estilo», tendo em vista aparentar perante o estrangeiro uma viragem democrática e dar uma satisfação illusória às aspirações do nosso povo.

O governo fascista pretendia uma oposição dócil que aceitasse a magra legalidade «oferecida» pelo fascismo e desenvolvesse a sua acção dentro das formas indicadas pelo governo. Assim contava alcançar os seus objectivos demagógicos, dividir as forças anti-fascistas e isolar o Partido Comunista. No discurso de 23 de fevereiro, Salazar acaba de pôr bem claro que permitiu palavras, mas não permitiu acções.

O GRANDE MOVIMENTO NACIONAL ANTI-FASCISTA

Contra os desejos dos fascistas, as forças democráticas uniram-se num amplo movimento de massas à escala nacional e, longe de aceitarem as condições fascistas para concorrerem às «eleições», as forças democráticas lutaram firmemente, antes e depois das «eleições-burla» do governo de Salazar, pelas liberdades fundamentais e por eleições livres. Em todo o país, entraram na arena da luta política centenas de milhares de portugueses. Desenvolveu-se um amplo movimento de massas que culminou nas jornadas de 31 de janeiro. O Partido Comunista, como partido nacional e primeira força política da oposição anti-fascista, longe de ficar isolado, mais fortaleceu a sua ligação com os outros anti-fascistas e as massas do nosso povo. E a unidade democrática foi tão surpreendente que até Salazar reconhece com raiva (discurso do dia 23) que se juntaram «amigavelmente» velhos políticos que em tempos foram «irredutíveis e irreconciliáveis».

Por outro lado, apesar de todas as limitações da lei eleitoral fascista, apesar das ordens secretas para serem cortados os eleitores aderentes ao MUD, o recenseamento do povo português, animado pelo MUD, estava a efectuar-se em grande escala e assim tornava-se impossível no

futuro qualquer vitória eleitoral fascista à base deste recenseamento.

A VIOLÊNCIA FASCISTA CONTRA A OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Não era esta a oposição de que o fascismo tinha necessidade. Daí as medidas repressivas contra o MUD, o encerramen-

to das sedes e dos postos de recenseamento, a apreensão de documentos, as ameaças, as demissões, as violências. Daí vir Salazar dizer no seu discurso que em nome do interesse nacional reprimirá os que defendem interesses partidários, o que (devidamente compreendido) significa que

(Continua na 4.ª página)

O GOVERNO RESPONDE ÀS RECLAMAÇÕES E PROTESTOS POPULARES COM

MAIS FOME! QUE O POVO SE LEVANTE!

O PÃO acaba de sofrer novo racionamento. Apesar de ter terminado a guerra, continua e é agravado o racionamento, a deficiente e irregular distribuição dos géneros alimentícios, ao mesmo tempo que o mercado negro, animado pelos grandes tubarões fascistas dos Grémios e Comissões Reguladoras, existe descaradamente por toda a parte.

Em ALPIARÇA, por exemplo, como o próprio «Século» noticiou em 19 de janeiro, os géneros dêsse mês não foram postos à venda, do mesmo modo que o sabão e o azeite do mês de dezembro ainda não tinham chegado nessa altura àquela vila. No ALENTEJO, o toucinho, que é a base da alimentação dos trabalhadores desta região, vai ser racionado para 200 gramas, a banha para 100 gramas. POR TODA A PARTE a batata se vende a 4500 e mais. O azeite é só distribuído a 2 decilitros por pessoa. A carne subiu para 28500 e os géneros do racionamento são deficientes.

Entretanto, OS GRÉMIOS ESTÃO A ABARROTAR DE GÉNEROS que são vendidos para o mercado negro com a protecção do fascismo. E assim, por todo o país, em todas as cidades, vilas e aldeias, se pode comprar às claras açúcar a 18500, bacalhau e azeite a 16500 e 18500, arroz a 9500 e 12500, massa a 15500 e 16500.

Os Grémios e todos os organismos corporativos continuam a ser organismos de exploração das massas trabalhadoras e das classes médias. O governo encara NOVAS MEDIDAS DE PILHAGEM DO TRIGO E DO MILHO AOS PEQUENOS PRODUTORES, para o entregar aos grandes traficantes do mercado negro.

Ao mesmo tempo que o custo de vida continua a subir, que os géneros só se encontram no mercado negro, OS SALÁRIOS MANTÊM-SE OU DIMINUEM, como no Alentejo onde passaram de 14500 para 12500 e em alguns sectores operários com contratos colectivos que agravam a situação.

Por toda a parte, os trabalhadores, em milhares de movimentos, como ultimamente na greve dos operários da Covilhã, têm lutado por melhores salários e exigido uma justa e regular distribuição de géneros.

Na própria Assembleia Nacional o deputado Belchior Cardoso se fez ceo dos protestos populares, chamando a atenção para a necessidade de revisão das bases do racionamento de géneros, e outros deputados para o excessivo preço da batata.

AS RECLAMAÇÕES E PROTESTOS POPULARES, O GOVERNO RESPONDE COM MAIS FOME, COM O NOVO RACIONAMENTO DO PÃO.

PEQUENOS PRODUTORES! Todos vós estais interessados na defesa do vosso trigo e do vosso milho! Todos vós estais interessados na defesa das vossas colheitas, na defesa do vosso pão e do pão dos vossos filhos. Salazar prepara-se para vos fazer um assalto.

Deveis juntar-vos e lutar unidos pela defesa das vossas colheitas, pela defesa do vosso pão.

Se Salazar tentar levar o vosso trigo e o vosso milho, deveis formar grupos que defendam, dia e noite, nas vilas e aldeias, o vosso trigo e o vosso milho.

Juntai-vos e formai COMISSÕES compostas de homens sérios e prestigiados que lutem pela defesa das vossas colheitas, pelo mercado livre, contra a política de fome do governo de Salazar.

TRABALHADORES DE PORTUGAL! HOMENS E MULHERES! Só pela luta

(Continua na 2.ª página)



O povo de Esposende luta pelo pão

NA vila de Esposende, o racionamento do pão não aparecia. Os seus habitantes, convencidos de que só pela luta conseguiriam melhorar a sua situação, fizeram uma recolha de assinaturas para protestar contra a falta de pão. As listas das assinaturas foram entregues na Câmara Municipal. O governador civil, vindo no nome de Esposende a decisão de levar até ser satisfeita a sua reivindicação, achou preferível tomar providências e hoje já há pão.

Na vila de **Esposende**, situada a 3 kms. de Esposende, a falta de pão fazia-se sentir há bastante tempo e os seus habitantes estavam já decididos à luta. As autoridades em face do que se passava em Esposende, precisaram-se a tomar medidas e o pão apareceu.

Mas, desde o dia 1 de fevereiro, o pão tomou a falta em todo o concelho de Esposende, e os moedores informaram muitas pessoas de que faltaria ainda por mais de 20 dias.

No dia 4, cerca de 100 homens e mulheres da freguesia da Marinha foram ao grémio expor a sua situação. Ao povo desta freguesia juntou-se o de Esposende, Vila Chã, Eão, etc. **Mais de 1.000 pessoas**, vendo que as suas reclamações não eram tomadas em consideração pela direcção do grémio, começaram nos grãos de «Morra o pregador, do grémio», «Morra o Pereira Lima, que negocia com o nosso milho», «Abaixo os grãos!», etc. A direcção do grémio recebendo uma iniciativa mandou fechar as portas do grémio e requisitou a GNR local. O presidente saiu do grémio acompanhado de guardas, mas isso não impediu que chegasse a casa todo o povo, pois no caminho o povo rasgou-o, **apoiado pelos guardas**, que diziam: «Tirai-lhe os cadentes!» «Nós também não temos pão!».

No dia seguinte chegou a GNR de Braga com metralhadoras, que andou por todas as freguesias do concelho para amedrontar o povo. Mas o povo não se amedrontou e continuou reclamando pão. A GNR prendeu 3 mulheres, uma das quais foi processada por ter gritado «Morra o Pereira Lima!» «Abaixo os grãos!», etc. O presidente, logo no dia 5, publicou um «Aclaramento» pretendendo mostrar que as responsabilidades pela falta de milho não recaem no grémio. Diz nesse «Aclaramento» que já não há milho nacional para venda. Ora o povo sabe que uma firma do Pereira Lima tem em armazém 15.000 kgs. de milho, que Manuel Pereira de S. Cláudio, concelho de Esposende, tem 2.500 milhas de milho, que há outros milhas casas do mesmo género.

Valente povo de Esposende! Continuai a lutar pelo pão! Não vos deixeis matar à fome pelo fascismo. Organizai **marchas de fome** com bandeiras negras, as bandeiras da fome, e cartazes que digam: «Queremos pão!», «Queremos gêneros!», «Abaixo os grãos!». Exigir que o milho seja distribuído. Se as autoridades o não fizerem, **ide buscá-lo onde se encontra armazenado para venda no mercado negro, e distribuí-lo pelo povo.**

OS CAMPONESES

CONTRA OS EXPLORADORES FASCISTAS

CONTRA a desenfreada exploração dos grandes fazendeiros, os trabalhadores rurais continuam lutando bravamente. Na localidade dos arredores de **Evora**, os trabalhadores rurais organizaram **concentrações massivas**, junto da Casa do Povo, acompanhadas de afelxos assinados exigindo aumento de salários — 25% para os homens e 15% para as mulheres. Os salários actuais são de 14.00 para os homens e 6.00 para as mulheres.

A direcção da Casa do Povo convidou para o delegado do ICP que coordenou todas as direcções das Casas do Povo da região para uma reunião a fim de tratar do assunto.

Os grandes arautos fascistas não que- reriam ceder e a luta continua.

Em **VALE DE FIGUEIRA**, nos últimos dias de novembro ou primeiros de dezembro, a exploração dos trabalhadores desempregados juntaram-se e formou junto do logradouro exigindo providências. Este foi fidal com os lavadores da terra, e os trabalhadores desempregados foram distribuídos, uns tantos por cada lavrador, ficando assim por algum tempo resolvida esta questão.

Em **ALPARÇA E VALE DE CAVALOS** em virtude da falta de gêneros, assim como de atrazo que continuadamente vem assinalando na distribuição dos pousos que aparecem, formou-se uma comissão de homens e de mulheres para ir junto das autoridades fazer desta questão.

Em **S. JOÃO DA RIBEIRA**, os camponeses juntaram-se na praça e resolveram exigir aumento nos salários. No dia em que

resolverem se pedir esse aumento, resolveram que alguns fizessem trabalhar com o objectivo de os irem lá buscar, a fim de demonstrar aos patrões a sua força e disposição. Assim sucedeu. Antes de irem pedir aumento, foram ao trabalho buscar os outros, tendo conseguido um aumento de 1.00, 2.00 e até 1.00 por dia.

Camponezes! É necessário que em toda a terra portuguesa os trabalhadores lutem por mais pão e gêneros e mais salários. Que em todas as vilas e aldeias, os homens e as mulheres se concentrem nas Casas do Povo e apresentem as suas reivindicações. Que se comecem nuplas Comissões de camponeses e camponesas que, junto das autoridades, exijam a satisfação das suas reivindicações. Que ninguém aceite os salários de fome.

Exigir eleições livres nas Casas do Povo. Se assim elas defenderem os vossos interesses. As Casas do Povo devem tornar-se do Povo.

MAIS FOME!

nos podemos salvar da miséria e da fome que Salazar nos quer. Import! Por toda a parte, nas cidades, vilas e aldeias, foram COMISSÕES de homens e mulheres que, apoiadas por todos os trabalhadores, vão às autoridades e patrões protestar contra a falta de pão e de gêneros, exigir aumento de salários e o fornecimento de mais pão e mais gêneros.

Organizai em toda a parte, nos campos e nas aldeias, **MARCHAS DA FOME** exigindo o facilissimo fornecimento de pão e de gêneros. Desfilaremos de novo, em grandes jornadas de 8 e 9 de maio de 1944, bandeiras negras, as bandeiras da fome, empunhando cartazes onde se lê: «Temos fome!», «Queremos pão!», «Queremos gêneros!». Formai **COMISSÕES POPULARES DE FISCALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO**.

Que em todas as terras de Portugal o povo se levante, contra a política de fome do governo fascista de Salazar.

O VOTO ÀS MULHERES

concedido pelos fascistas não é uma medida democrática

A lei eleitoral em vigor não é uma lei democrática. Não dá o voto aos alfabetados. Impede que votem os que professam ideias contrárias à disciplina social, o que é um pretexto para cortar dos cadernos eleitorais milhares de votos em oposição. Entrega a elaboração dos cadernos eleitorais a fascistas dispostos a todas as falsificações. Mesmo assim, e apesar da oposição estar completamente impossibilitada de fiscalizar o recenseamento e exercer uma actividade política, **o governo teve mão de racemoseamento**. Por iniciativa do MUD abriram-se muitos postos de recenseamento e outros mais estavam a abrir-se. Alacordiam milhares de democratas para lhes ser facilitado o recenseamento. O governo fascista, inimigo do povo, mandou encerrar os postos de recenseamento e apreendeu muitos requerimentos de eleitores. Desfichando nesse momento um golpe contra o MUD, o governo mostrou o seu modo da manifestação da vontade popular.

Mas isto não basta e, ainda por o fascismo estar tranquilo, dado que nas eleições-burla de novembro, pouco mais conseguindo que os votos de 20 por cento dos eleitores, inseridos num recenseamento em que se não inscrevem a grande massa democrática do país. E daí os fascistas, continuando demagogicamente a apresentar-se como «democratas», vivem conceder o voto às mulheres, conforme proposta apresentada na Assembleia Nacional.

Querem os fascistas dar o voto a todas as mulheres portuguesas? Não. Os fascistas querem dar o voto às mulheres das classes dominantes, mas **negam o direito de voto às mulheres esmagadas das mulheres portuguesas, às mulheres portuguesas que não sabem ler e escrever**. Isto mostra todo o carácter anti-democrático das medidas pseudo-democráticas do governo fascista. **O governo fascista tem medo do reconhecimento da vontade popular, tem medo de voto da mulher portuguesa.**

Nós defendemos o voto das mulheres portuguesas, mas de **todas** as mulheres portuguesas. Não poucos em dúvida que as mulheres portuguesas, que sofrem como ninguém a exploração e as dificuldades da vida e miséria e a ruína causadas pela política fascista, — se votassem, votariam em massa contra o governo de Salazar.

A LEGIÃO MILÍCIA FASCISTA DE TIPO HITLERIANO DEVE SER DISSOLVIDA

(Continuação da 1.ª página)

nos podemos salvar da miséria e da fome que Salazar nos quer. Import! Por toda a parte, nas cidades, vilas e aldeias, foram COMISSÕES de homens e mulheres que, apoiadas por todos os trabalhadores, vão às autoridades e patrões protestar contra a falta de pão e de gêneros, exigir aumento de salários e o fornecimento de mais pão e mais gêneros.



EM 31 DE JANEIRO

a Nação manifestou-se contra o governo fascista

NO DIA 31 de Janeiro, comemorando a luta que foi a alvorada da República, centenas de milhares de portugueses manifestaram-se contra o governo fascista e pelas liberdades democráticas. Em Lisboa e Porto, apesar de todo o aparato policial, tiveram lugar grandiosas manifestações.

Em Lisboa, mais de 50.000 pessoas desfilaram perante o monumento a António José de Almeida. Dando um exemplo de disciplina e organização, os manifestantes concentraram-se em lugares determinados anteriormente e, apesar de todas as tentativas feitas por numerosas forças da Polícia e da GNR para dispersarem as concentrações, fizeram um gigantesco desfile, cantando o hino nacional e dando vivas à Liberdade e à Democracia. As classes trabalhadoras predominaram. As delegações de trabalhadores das Construções Navais, Cárnis, Tabacos e Correios destacavam-se, tendo algumas para cima de 4.000 trabalhadores. Uma por uma, as Comissões do MUD depositaram flores na base do monumento. Logo depois da manifestação, o governo de Salazar, cego de ódio e de raiva mandou cobrir as flores com oleadas e à noite mandou retirar-las em carros da Câmara. Após o desfile junto ao monumento, as forças repressivas empregaram a violência para fazer dispersar. Resistindo, um grande cortejo, dando vivas à Liberdade, à Democracia e por eleições livres, e cantando a Portuguesa, caminhou até à Rua Conde Redondo onde foi desfeito por carros «alpes» e com bombas de gases lacrimogénios. Outro grande cortejo, de muitos milhares de pessoas, desceu a Avenida Ambrósio Fels e a Polícia só no centro da Baixa conseguiu dispersá-lo.

No Porto, dois antes, a PVDE assaltou a sede do MUD e prendeu um anão para a jornada do 31 de Janeiro, e fez pressões e ameaças junto de muitos cidadãos. As autoridades fascistas e em especial, o comandante da PSP proibiram a manifestação. No dia 31, pela manhã, os fascistas fizeram uma «manifestação» no cemitério para Elydio e decorrentes, o que redundou num estrondoso fracasso. Apesar de tudo, a manifestação democrática foi grandiosa. À tarde, uma grande parte do comércio fechou as portas. Sou a direção do MUD, fez-se uma grande concentração no cemitério onde repousam heróis do 31 de Janeiro. Posteriormente, milhares e milhares de manifestantes desfilaram pelas ruas da cidade, exibindo Liberdade, Democracia e Eleições Livres.

Noutros pontos do país, também se realizaram importantes manifestações, saraus, conferências.

O 31 de Janeiro constituiu uma importante jornada de luta anti-fascista para reprimir a qual o fascismo foi impotente. A jornada do 31 de Janeiro marca mais um grande passo no caminho para o derrocamento do regime. Mais uma vez se afirmou claramente que a nação está contra o governo fascista de Salazar e deseja a Democracia. Desde as grandes manifestações do Dia da Vitória em 7, 8 e 9 de maio de 1945, o povo português entrou abertamente no caminho da luta política. A luta por Eleições Livres, durante o período eleitoral de outubro-novembro, de assinaturas em massa, as petições de reabertura e assembleias, o desagravamento veloz do MUD, constituíram um verdadeiro plebiscito nacional contra o fascismo salazarista e pela defesa dos interesses nacionais e popo-

lares. A jornada do 31 de Janeiro conserva o mesmo significado. Como no Dia da Vitória, é o povo português que canta o hino nacional e empunha a bandeira nacional, e são os fascistas que carregam sobre os que cantam a Portuguesa e arrancam as bandeiras nacionais das mãos dos manifestantes. Nisto, como em tudo, se revela o

carácter nacional e patriótico da luta anti-fascista e o carácter anti-nacional da acção do governo de Salazar. A jornada do 31 de Janeiro é mais uma clara indicação da Unidade dos democratas portugueses, de todas as ideologias e classes, e da sua força poderosa. É uma indicação do caminho justo para a conquista da Democracia.

Avante, POR ELEIÇÕES NOS SINDICATOS!

PROIBINDO AS ELEIÇÕES nos Sindicatos Nacionais pelo decreto de 28 de dezembro, o governo pôs totalmente a descoberto o seu recelo do novo e a sua política anti-democrática. O governo teme o voto das classes trabalhadoras, porque as condena à exploração desenfreada do patronato fascista e à fome provocada pela rapina dos Grêmios, Federações e Comissões Reguladoras.

Nem roubando em 1931 os sindicatos livres às classes trabalhadoras (que se levantaram heroicamente no 18 de Janeiro), nem elaborando os estatutos dos sindicatos e limitando extraordinariamente a actividade sindical, o governo fascista se sente seguro. O governo viu que, nestes últimos anos, as classes trabalhadoras, guiadas pelo Partido Comunista, compreenderam que, apesar de todas as limitações fascistas, havia que utilizar os Sindicatos Nacionais e transformá-los, de organismos defensores dos interesses do patronato reaccionário, em organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores. Nestes últimos anos, os trabalhadores portugueses souberam utilizar os Sindicatos Nacionais, fazendo pressões sobre as Direcções, fazendo abaixo-assinados, promovendo reuniões e assembleias nos sindicatos, e elegendo direcções da sua confiança. Nas eleições sindicais de 1945, contra todas as violências e falsificações dos fascistas, os trabalhadores portugueses esborçaram dos sindicatos dezenas de direcções fascistas e elegeram dezenas de direcções de homens honrados. Dadas as experiências de 1945 e a maior consciência das massas trabalhadoras ganha nas lutas políticas dos últimos meses, o governo temia que, nas eleições de 1946, os trabalhadores alem-cassem ainda maiores vitórias.

O decreto anti-democrático do governo fascista encontrou imediata resposta dos trabalhadores portugueses e levantou protestos das forças democráticas nacionais. Em alguns sindicatos, como nos conservadores e católicos do Algarve, em secções da construção civil do distrito de Évora e nos desenrregadores do porto de Lisboa, os trabalhadores, reagindo contra o decreto fascista, promoveram e realizaram recentemente eleições das direcções. Noutros sindicatos, fazem protestos, como os gráficos de Tomar, e lutam pela realização de assembleias gerais extraordinárias.

E nesta situação que se divulga de novo em alguns sectores operários a ideia da formação de sindicatos legais (militares). Esta revivescência de processos de luta que a experiência mostrou serem ineficazes, só pode contribuir, no momento presente, para afastar os trabalhadores do caminho justo. Em alguns sectores, homens mal intencionados espalham que a formação destes sindicatos legais é fomentada pelo Partido Comunista, isto é totalmente falso. A luta sindical deve exercer-se, não em grupinhos fechados e isolados das massas, mas nos Sindicatos Nacionais. Al-se pode e se deve lutar pela defesa dos interesses dos trabalhadores. Nestes últimos anos, há milhares de exemplos de como os trabalhadores conseguiram, por meio de Comissões, concentrações, reclamações, abaixo-assinados, defender os seus interesses por intermédio da luta nos Sindicatos Nacionais. O Partido Comunista tem orientado as classes trabalhadoras para a luta nos Sindicatos Nacionais, para arrancar os sindicatos aos fascistas e levar as direcções homens honrados da confiança da sua classe. A luta deve prosseguir com a mesma orientação, cuja justiça foi comprovada em centenas de lutas vitórias.

Para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, há que continuar formando **Comissões** que vão aos sindicatos e ao INT, há que continuar a fazer **concentrações** nos sindicatos e **reclamações** junto das direcções, há que continuar lutando pelas **ELEIÇÕES SINDICAIS EM 1946**.

Que em todos os locais de trabalho se formem **Comissões** que vão aos Sindicatos Nacionais, INT, jornais e autoridades, protestar contra o decreto de 28 de dezembro. Que, no âmbito dos estatutos, os trabalhadores angariem **listas de assinaturas** para convocar **Assembleias Gerais Extraordinárias**. Que, nestas Assembleias se aprovem **moções de protesto** contra o decreto-lei n.º 33.101 de 28 de dezembro de 1945 e se exijam eleições, que se dê um **voto de confiança às Direcções honradas** confirmando a sua eleição em 1945 e se aprovem **votos de desconfiança se as direcções são fascistas**, exigindo a sua demissão. A vontade dos trabalhadores deve ser respeitada dentro dos seus sindicatos.

Trabalhadores! Trabalhadores! Avante

POR ELEIÇÕES SINDICAIS EM 1946!

**INTENSIFIQUEMOS EM TODA A PARTE
A LUTA PELO PÃO
A LUTA POR MELHORES SALÁRIOS
A LUTA PELA LIBERDADE.
FORMAI EM TODA A PARTE
COMISSÕES DE UNIDADE
PARA DEFESA DOS INTERESSES DO POVO PORTUGUÊS.**



A Democracia conquista-se pela luta

(Continuação da 1.ª página)

Salazar, para defesa dos seus interesses partidários, reprimirá os democratas que verdadeiramente defendem os interesses nacionais.

Salazar afirmou-se «deliberata orgânica» para inglês ver. Mas a própria «democracia orgânica» pôs em perigo a sua existência porque os sentimentos anti-fascistas do povo português são tão fortes que Salazar não poderá segurar-se no poder se o povo gozar de liberdade. Por isso agora vem confirmar no seu discurso que deve haver «a autoridade NECESSÁRIA e a liberdade POSSÍVEL». Isto é: haverá violência, e polícia, e metralhadoras, e arbitrariedades, e assassinatos, NECESSÁRIOS para impedir a manifestação da vontade do povo. E «liberdades» magras e condicionadas que não ponham em perigo a existência da desordem fascista e do governo fascista. Pela pressão do povo português e pela situação internacional criada pela guerra, o fascismo não pode deixar de conceder ao povo algumas possibilidades de defesa legal dos seus direitos. O governo continua necessitando duma «oposição legal» e está interessado em que «adversários políticos», oscilantes e desligados das massas, tenham como uma oposição. Mas uma oposição que actue com metralhadoras apontadas ao peito.

SALAZAR DESEJA UMA OPOSIÇÃO INOFENSIVA

A autorização da reunião dos socialistas em Lisboa, ainda que haja entre os socialistas muitos anti-fascistas sinceros, foi uma medida do governo feita com essa finalidade. Os socialistas, sem o saberem, favoreceram a política fascista, como a favorecerão todos os grupos políticos que, isolados, aceitem uma legalidade colectiva de forças em que não podem efectivamente ter uma actividade política anti-fascista. Os socialistas sinceros, nossos companheiros de luta, não devem esquecer que o fascismo está interessado em partidos inofensivos legais. A existência de tais partidos permite-lhe uma acção demagógica perante o estrangeiro e uma acção de divisão dos anti-fascistas portugueses.

O FASCISMO CONTINUA A SER FASCISMO

Não há erro mais grave que acreditar que o fascismo salazarista deixou de ser fascismo. Ao mesmo tempo que leva a cabo uma vastíssima demagogia, o governo continua exercendo a pilhagem do povo pelos grêmios e outros organismos corporativos, decreta novo corte na ração do pão, ao mesmo tempo que segue fariando para Espanha, reforça o apogeu repressivo. «Somos a força e temos a força», ameaça o Ministro do Interior, o nazi

Botelho Moniz. E, entretanto, reforça-se a censura, intensifica-se a acção da PVDE, proíbem-se as eleições dos sindicatos, promovem-se oficiais nazis como o coronel Ferreira Passos que esteve na frente Leste a convite do governo alemão, entrega-se a direcção da «Moocidade Portuguesa» ao nazi Pinto Coelho que estudou na Itália fascista a organização fascista da juventude. O fascismo de Salazar continua a ser fascismo e, negando-se a ouvir a vontade do povo, Salazar encaminha Portugal para a guerra civil.

DOIS PERIGOS NA ORIENTAÇÃO DEMOCRÁTICA

Acreditar-se numa sincera viragem democrática do governo, conduz a uma concepção legalista, à idea de se aceitar incondicionalmente as condições limitadíssimas de actuação política que o governo cede, conduz ao mdo ao povo e às massas, à acção de dirigentes desligados das massas, à subestimação da força popular. Isso conduz também à concepção de que já se pode falar livremente, o que leva a palavras que justificam a acção fascista contra as organizações legais. Isso conduz finalmente ao enfraquecimento da actividade clandestina que continua sendo o motor da luta anti-fascista.

Mas não é menos perigoso fecharem-se os olhos às possibilidades de luta legal que o governo se vê forçado a ceder. Isso conduz à fraca mobilização do povo português e ao rama-rama na actividade das organizações anti-fascistas. Isso conduz ainda à «solução» do golpe militar, o que desvia o povo do único caminho justo para derrubar Salazar (a luta) e pode conduzir alguns anti-fascistas isolados a um gravíssimo fracasso.

ACÇÃO LEGAL E ACÇÃO CLANDESTINA

A nossa tarefa, a tarefa de todos os anti-fascistas, é utilizar todas as possibilidades legais existentes para mobilizar toda a nação na luta contra o fascismo, é lutar para criar novas possibilidades legais. As medidas de ilegalização do MUD são mais um atentado contra os direitos do povo português e uma medida para

impedir o recenseamento eleitoral, para aniquilar a actividade da oposição anti-fascista e para desunir. A defesa da legalidade do MUD é um imperativo para todos os anti-fascistas. Impõe-se continuar abertamente a actividade do MUD, a formação de novas Comissões de Unidade Democrática, a edição legal de documentos do MUD. E, ao mesmo tempo, fortalecer a organização e acção da unidade nacional anti-fascista, criando novos Comités de Unidade Nacional (legais) e cercando fileiras em volta do Conselho Nacional.

UNIDADE INDEFECTÍVEL E LUTA CONSTANTE

Todos os anti-fascistas devem compreender que o seu maior trunfo é a sua UNIDADE. Para a vitória da Democracia em Portugal é indispensável que se mantenha, alargue e fortaleça ainda mais esta Unidade, criada através de anos de luta e extraordinariamente solidificada nas lutas políticas dos últimos meses. Nenhuma força política deve aceitar condições de legalidade que só a si sejam conferidas pelo governo de Salazar. Nenhuma força anti-fascista se deve lançar em qualquer acção isolada visando o derrubamento do governo de Salazar, o que só pode levar à derrota. Todos unidos, devemos continuar trabalhando, tanto duma forma legal como na clandestinidade, para levar a cabo lutas económicas e lutas políticas, pequenas e grandes lutas, todas as formas de luta contra a política de fome e terror do governo fascista de Salazar.

Como vezes sem conta o Partido Comunista preveniu o povo português, o fascismo salazarista não cairá como os frutos maduros. Não caiu no dia da derrota de Hitler, como não caiu no dia da vitória trabalhista. O fascismo entrincheira-se, no poder, continua desencadeando a repressão violenta, as vinganças e arbitrariedades. O fascismo opõe-se pela força a que o povo português encaminhe Portugal pelo caminho da Democracia e da convívência internacional. Só a mobilização de todas as camadas da população para as mais variadas formas de luta, só o levantamento em massa da Nação, poderá varrer o fascismo do poder. É na força do povo, na força das massas, que os agrupamentos políticos anti-fascistas se têm de apoiar para defender e alargar as magras liberdades alcançadas e para conseguir eleições livres em Portugal. É na força do povo que temos de nos apoiar para vencer as resistências e as violências fascistas.

A UNIDADE INDEFECTÍVEL E A LUTA CONSTANTE — é o caminho para a vitória sobre o fascismo salazarista.

A PESAR DE TÓDAS AS PROMESSAS E DEMAGOGIAS O CAMPO DO TARRAFAL CONTINUA
E lá continuam condenados à morte lenta muitos portugueses honrados.
EXIGI A ANQUINÇÃO IMEDIATA DO TARRAFAL

NÓS, OS CATÓLICOS E O VATICANO

OS cardéis de todo o mundo estão reunidos no Vaticano. Este acontecimento tem um alcance político de primeira grandeza. O Vaticano é a Igreja Católica estão encabeçando a luta reacçãoária na Europa. Quando das eleições francesas, o Papa fez um apelo às mulheres francesas para votar na reacção. Quando das eleições de novembro em Portugal, o cardeal Cerejeira fez um apelo para que os católicos votassem em Salazar. A coberto duma linguagem pretensamente democrática, o Vaticano ataca a grande União Soviética e ataca as jovens democracias da Europa do Leste da Europa, acusando-

-as de «regimes totalitários». E, ao mesmo tempo, louva os regimes fascistas de Salazar e de Franco como regimes «democráticos». O diabo faz-se anjo e fala contra o diabo. A reunião dos cardéis no Vaticano tem em vista a unidade da política reacçãoária em todo o mundo. A Igreja Católica visa a transformar-se numa Internacional Negra, fomentando e organizando a luta internacional contra os povos livres. O Vaticano torna-se assim o animador da «révanche» fascista.

Apesar de toda a acção reacçãoária do Vaticano e das esferas dirigentes da Igreja Católica em quasi todo o mundo, nós, co-

munistas, continuamos combatendo lealmente a mão aos trabalhadores católicos — como todos os trabalhadores, vítimas da exploração e opressão fascistas — e a todos os católicos democratas, sacerdotes ou praticantes, a quem a sua fé religiosa se harmoniza com o seu amor ao seu Povo e ao seu País. A todos fazemos um apelo para que participem a nosso lado nas lutas pelo pão, pela liberdade, pela democracia, pela independência. O que nos separa nada é comparado com o que nos une: o desejo de bem estar do povo trabalhador, o desejo de liberdade e de fraternidade humana.